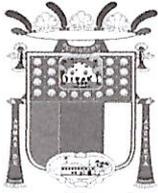


Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2023. Às dezoito horas, do dia dezoito de abril do ano de dois mil e vinte e três, reuniu-se a Câmara Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, sob a Presidência do Vereador Renan de Oliveira Delfino, que após ter declarado aberta a sessão, solicitou que se fizesse a chamada dos senhores vereadores, onde verificou-se a presença de todos. Após ter sido aprovada a ata da sessão anterior, foi lido o material do expediente onde constava: 1) Indicação 243/2023 de autoria do vereador Sergio Luiz da Silva Jesus; 2) Indicações 244/2023, 245/2023, 246/2023 e 247/2023 do vereador Pablo Florentino; 3) Indicações 248/2023, 249/2023, 250/2023 e 251/2023 da vereadora Marcia Cypriano; 4) Indicações 252/2023, 253/2023, 254/2023 e 255/2023 do vereador Rodrigo Semedo; 5) Indicação 256/2023 da vereadora Terezinha Mezadri; 6) Indicações 257/2023, 258/2023, 259/2023 e 260/2023 do vereador Renan Delfino; 7) Indicação 261/2023 do vereador Edson Vando Souza; 8) Indicações 262/2023 e 263/2023 do vereador Nilton Cezar Simões Brandão; 9) Requerimentos 47/2023 e 48/2023 de autoria do vereador Pablo Florentino, aprovados pelo Plenário; 10) Requerimentos 49/2023 e 50/2023 da vereadora Marcia Cypriano, aprovados pelo Plenário; 11) Requerimento 51/2023 da vereadora Terezinha Mezadri, aprovado pelo Plenário; 12) Requerimento 52/2023 do vereador Renan Delfino em coautoria com os vereadores Pablo Florentino e Marcia Cypriano aprovado pelo Plenário; 13) Requerimento nº 53/2023 solicitando pedido de vista ao projeto de Lei 07/2023 que dispõe sobre reajuste salarial dos agentes públicos do município de Anchieta (retirado pelo autor); 14) Projeto de Lei nº 27/2023 – Estabelece limites para o plantio de árvores exóticas e nativas próximo a rede de distribuição de energia elétrica, de autoria dos vereadores renan Delfino e Pablo Florentino; 15) Projeto de Lei nº 28/2023 – Institui o “Dia Municipal da Poesia” e a “Semana Educativa sobre Poesia” neste município de Anchieta e dá outras providencias, de autoria do vereador Pablo Florentino; 16) Requerimento nº 11/2023 solicitando o uso da tribuna livre, do Sr. Romeu Luiz de Podestá Junior, onde abordará o tema “Prevenção da disseminação da raiva animal do município de Anchieta”; 17) Prestação de contas nº 12/2023 encaminhando o balancete mensal referente ao mês de março da Câmara Municipal de Anchieta; 18) Projeto de Lei nº 27/2023 – Estabelece limites para o plantio de árvores exóticas e nativas próximo a rede de distribuição elétrica, de autoria dos vereadores Renan Delfino e Pablo Florentino; 19) Prestação de contas nº 12/2023 encaminhando o balancete da receita e despesa do mês de março da Câmara Municipal de Anchieta; 20) Moção verbal de aplausps e congratulações aos representantes do Clube do Cavalo Mário Alves Rodrigues, pela realização do curso de “Equitação Basica” ocorrido entre os dias 14 e 16 de abril, de autoria do vereador Pablo Florentino em coautoria com o vereador Renan Delfino, aprovado pelo Plenário; 21) Moção verbal de parabenização e aplausos aos organizadores do Grupo Futvolei AVL da Comunidade de Nova Esperança, de autoria do vereador Renan Delfino, aprovado pelo Plenário; 22) Moção verbal de pesar pelo falecimento do Sr. Vitor Rodrigues Segóvia (esposo da ex-servidora Adriana Vasco), de autoria do vereador Renan Delfino e coautoria dos vereadores Pablo Florentino e Cleber Oliveira, aprovado pelo Plenário; 23) Requerimento verbal à Comissão de Infraestrutura, solicitando uma reunião com os fiscais da Prefeitura para tratar sobre a qualidade do serviço de manutenção das ruas que estão sendo escavadas por

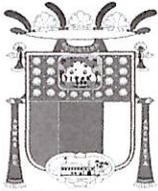


Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ocasião da instalação do sistema de tratamento de esgoto promovido pela Cesan no município de Anchieta, de autoria do vereador Renan Delfino, em coautoria com o vereador Pablo Florentino, aprovado pelo Plenário; 24) Requerimento verbal da vereadora Marcia Cypriano, ao Secretário Municipal de Administração, solicitando o envio das notas fiscais mês a mês do total pago no período de 01/01/2017 a 17/04/2023 e que informe se realmente é o montante de R\$ 5.841.253,51 (cinco milhões oitocentos e quarenta e um mil duzentos e cinquenta e três reais e cinquenta e um centavos) à Empresa ARTCOM, além de outras informações, aprovado pelo Plenário. Terminado a leitura do material de expediente, usou da palavra o vereador Cleber Oliveira e pontuou algumas questões a respeito do seu requerimento de pedido de vistas ao Projeto de Lei 07/2023, que diz respeito ao reajuste dos agentes públicos do município (transcrição *ipsis litteris*): *“O projeto chegou em março, antes de vencer o prazo legal demos o parecer da Comissão de Justiça, votei favorável no parecer da Comissão de Finanças também, isso prova que sempre fui favorável ao projeto de reajuste dos servidores. No mês de março e abril todos os vereadores, inclusive o senhor Presidente, teve que demitir dezenas de servidores, tanto do gabinete quanto do administrativo da Câmara, para poder se preparar para os 16% do reajuste. Quero explicar que foi cumprido por parte da Prefeitura o Art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal que diz: A criação, expansão, aperfeiçoamento da ação governamental que acarreta o aumento de despesas será acompanhado de estimativas de impacto orçamentário financeiro no exercício em que deva entrar em vigor nos dois anos subsequentes”. Como disse, a Prefeitura fez o estudo de impacto financeiro, quero parabenizar todos da Prefeitura por ter feito corretamente, porém, como eu disse, a Câmara neste mês de abril está demitindo dezenas de servidores para poder pagar os 16% porque não havia condições financeiras e nem orçamentária de dar o reajuste, sendo que o reajuste são para todos os servidores, tanto da Prefeitura quanto da Câmara. Contudo, mesmo diante de todos os sacrifícios que os vereadores fizeram reduzindo seus gabinetes, creio que não houve tempo da Câmara colocar no Projeto de Lei de reajuste o estudo de impacto financeiro. Diante desta dúvida razoável, inclusive com preocupação de proteger o servidor, com meio de uma futura nulidade do processo ou que o Tribunal de Contas ou Ministério Público questione o motivo da Câmara não ter colocado o estudo de impacto financeiro, podendo prejudicar todos os servidores, este é o temor do qual fui direcionado pelos servidores do município de Anchieta, entendendo que o processo legislativo, inquestionável a dúvida razoável que estou levantando. Quero registrar a minha preocupação, por isso oferecendo algumas soluções: 1 – o Plenário ignorar o pedido de vista e mesmo sem nenhuma certeza que haverá o impacto financeiro da câmara, votar favorável; 2 – termos um parecer formal, que será registrado em ata que a falta do impacto financeiro da Câmara não dará nulidade do projeto; 3 – termos a palavra da Mesa que antes de enviar o Projeto aprovado para o Prefeito sancionar colocará o estudo de impacto financeiro da Câmara e que tem certeza que o estudo será favorável ao reajuste ou 4 – decidiremos pela vista ao Projeto para que dê um prazo de três dias para colocar o estudo de impacto financeiro da Câmara e possamos votar semana que vem com tranquilidade. Lembrando que o reajuste, conforme o artigo terceiro do Projeto, somente será para o pagamento de maio, então será pago dia 30 de maio em nada prejudica votar na próxima semana o Projeto de Lei. Só para registrar, eu perdo* a

2

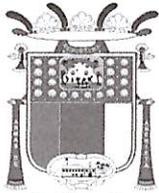


Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

todos que me acusaram, xingaram e postaram coisas ruins de mim sem saber o porque eu tinha pedido vistas ao Projeto, sendo que sempre votei em todos os Projetos favoráveis aos servidores. Então, Presidente, das quatro opções que ofereci, teremos que tomar um caminho. Deixo novamente claro que sendo qual for o caminho, será registrado em ata a minha preocupação de não termos o estudo de impacto financeiro da Câmara no Projeto de Lei 07/2023 no que já deixo meu voto favorável ao projeto como já deixei nos pareceres." Também usou da palavra o vereador Robson Mattos dos Santos e disse que estranhava muito o fato do vereador fazer tais ponderações, quando ele emitiu Parecer pelas duas Comissões, Justiça e Finanças, no mesmo Projeto e em nenhum deles estaria escrito o que mencionou aqui, em relação ao impacto financeiro. Disse que a situação era estranha, visto já ter decorrido o prazo regimental e o projeto já ter passado pela 1ª e 2ª discussão. Ressaltou que não cabe o pedido de vista neste momento, não cabe sequer a leitura do requerimento, apresentado pelo colega, para a Casa apreciar. Também usou da palavra o Senhor Presidente e disse que quando foi eleito em 2022, teria feito um estudo técnico junto ao setor contábil da Casa, por isso, em fevereiro, quando foi anunciado o reajuste, a Casa teve que fazer seu exercício, o que foi feito com muita responsabilidade. Disse que os vereadores participaram ativamente do exercício, junto as equipes contábil e jurídica da Casa, então, que muito o surpreendia o fato do vereador querer colocar a responsabilidade de uma ação, que fez aos 49 minutos do segundo tempo e da qual surpreendeu todos, na presidência e nos demais vereadores. Disse que de fato tiveram que exonerar alguns servidores, infelizmente, mas que tudo estaria dentro do orçamento permitido que é de não ultrapassar 70%. Ressaltou que com muita responsabilidade os últimos três meses foram trabalhados em torno de 67,5%, portanto, dentro da margem exigida pelo Tribunal de Contas. Disse ainda que o colega colocou nos pareceres que emitiu tudo que havia pensado, menos a questão do impacto financeiro da Câmara, e que não o fez porque a Casa, com muita reponsabilidade entregamos os números dentro da margem que o Trbunal de Contas exige, portanto, não adiantaria culpar a Câmara por um ato que julgava viável fazer. Disse que, se fosse o caso de querer atrasar a vida do servidor teriam "sentado em cima do PL", coisa que jamais faria porque tem respeito pelo servidor público. Disse que o pedido de vista tem que ser feito antes de iniciada as discussões, e o projeto já passou por duas, sob pena de preclusão, portanto, não caberia pedido de vista na fase de votação. Usou da palavra o vereador Robinho e sugeriu que o Presidente submetesse à votação o arquivamento do requerimento do vereador Cleber. Logo após fez uso da palavra o vereador Serginho e disse como Presidente da Comissão de Justiça e Relator da Comissão de Finanças, que de fato não foi anexado o impacto financeiro da Câmara, somente o da Prefeitura, mas que isso não causava nulidade ao processo. Disse que só causaria problemas se a Casa não tivesse tomado as atitudes que tomou, como o próprio vereador falou, ou seja, os ajustes que foram feitos antes mesmo do projeto ser aprovado. Disse que o único problema que poderia ocorrer seria no Tribunal de Contas, caso o Presidente descumprisse a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas quanto a nulidade do processo, garantiu que não teria. Ressaltou que tinha sido surpreendido com o requerimento do vereador Cleber, assim como os demais colegas, e por isso, como líder de Governo, havia buscado informações sobre o que poderia ter motivado o vereador a fazer tal

3

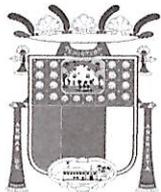


Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

solicitação. Disse, com toda certeza, que não houve movimento nenhum do Governo, até porque o Executivo fez um estudo e já está tendo, inclusive, uma Comissão de contingenciamento, pois entende que é preciso valorizar e cuidar dos servidores que ajudaram e continuam ajudando a cuidar da cidade. Deixou claro aos servidores presentes que não houve interferência do Governo, muito pelo contrário, que ele teria solicitado que fossem contrários ao requerimento e favoráveis ao Projeto de Lei. Em seguida, fez uso da palavra a vereadora Marcia Cypriano e disse que a questão do impacto financeiro é interessante, vez que no ano passado, por meio da Lei 1578/2022 teria sido aprovada a criação de cargos para servidores comissionados, onde foram criados os cargos de sub-secretário de educação, de saúde, de infraestrutura, o que no final do ano foi gerado um impacto financeiro em torno de dois milhões de reais na folha de pagamento, ou seja, não se pensou nos pensionistas, nos aposentados e nos efetivos. Disse que à época o impacto financeiro não teve problema algum, mas que agora, que é para dar 16% aos servidores, cujos salários já estão defasados há sete anos, tá esse problema todo. Logo após, voltou a fazer uso da palavra o vereador Cleber e disse que em nenhum momento teria dito que esta Casa não fez o seu trabalho, mas que sua preocupação de não haver respaldo pela questão do impacto financeiro era muito grande. Solicitou que constasse em ata o seu pedido de constar o estudo de impacto, vez que “palavras o vento leva, documento não”. Disse que quando o Tribunal de Contas e o Ministério Público notificar a Casa os direitos serão perdidos e verá que ele estava certo, vez que o papel da Casa é resguardar os servidores e que estaria fazendo seu papel de reapauda-los no direito aos 16%. Disse que a Casa fez um trabalho há dois anos atrás, de diminuir cargos e salários, mas que o Ministério Público questionou. Deixou claro que não estaria votando contra os 16%, que sua única preocupação era apresentar o impacto, por isso teria feito o pedido de vista ao projeto. Novamente fez uso da palavra a vereadora Marcia e disse que em 2019 a Samarco devia à Prefeitura de Anchieta 180 milhões de reais provenientes de débitos com IPTU e que o Executivo teria renunciado uma receita no valor de oitenta e cinco milhões de reais, e que a transação não teria vindo para Câmara, para aprovação dos vereadores, vez que segundo informações, tratava-se de um acordo. Então indagou: Cadê o impacto? Então a Prefeitura pode perder oitenta e cinco milhões de reais para a Samarco e não vai ter problema nenhum, vez que houve uma renúncia de receita? Novamente fez uso da palavra o vereador Serginho e disse que entendia a preocupação do vereador Cleber, porém, numa situação em que ele quer que fique registrado em ata que fez a solicitação, mas mesmo assim vai votar favorável ao Projeto, não tinha muito sentido. Então, usou da palavra o vereador Cleber e, mediante a todo questionamento gerado, solicitou a retirada do seu requerimento de pedido de vista dizendo, porém, que a responsabilidade era toda dos servidores, caso houvesse algum problema no futuro. Disse, o Sr. Presidente, que o requerimento não seria nem pautado, mas que era bem vista a confirmação da retirada do pedido de vista e encerrou, por hora os debates, dando prosseguimento à sessão e concedendo a palavra por dez minutos ao Sr. Romeu Luiz de Podestá Junior, que falou sobre a “Prevenção da disseminação da raiva animal do município de Anchieta. Em seguida o Sr. Presidente passou à hora destinada aos senhores oradores, que de acordo com o artigo 166, parágrafo 1º do Regimento Interno, passaram a fazer uso dos dez minutos para o seu pronunciamento. Pela ordem, fez

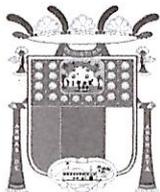
4



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

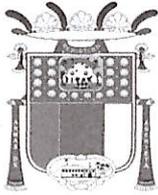
uso da palavra a vereadora Marcia Cypriano, que cumprimentou o público presente, na sua grande maioria servidores públicos municipais e os internautas. Também cumprimentou o Dr. Romeu pelas palavras e importantes esclarecimentos e o Presidente da Associação Comunitária do Bairro Benevente, João Simas. Disse que o servidor de Anchieta não merecia só os 16% e que de 2015 a 2016, quando Marquinhos Assad esteve Prefeito teria concedido um aumento aos servidores no total de 23,8% de reajuste, sem contar com os três abonos concedidos em 2013, 2014 e 2015, antes do acidente de Mariana-MG. Disse que hoje a arrecadação do município, conforme consta no portal da transparência, é em torno de um milhão de reais por dia e que estamos com um projeto de 16% de reajuste causando toda essa confusão. Disse que as obras que estão sendo feitas no município, são as realizadas pelo Governo do Estado e elencou: Em Iriri, Escola de Educação Infantil "Belmiro Mezadri", Orla da praia Costa Azul, calçadão da Praia Central (que foi refeito), obras de contenção na Ponta dos Castelhanos, Orla de Castelhanos (que ainda não foi inaugurada porque apresenta alguns problemas com rachaduras), calçamento do Bairro Guanabara, ordem de serviço da Escola Terezinha Godoy, Praça da comunidade de Nova Esperança, reforma do CRAS, construção do CREAS, ponte da comunidade de Emboacica, obras de drenagem e pavimentação rural em Arerá e Belo Horizonte, reforma da quadra do Morro da Penha, então, temos aí um outro Prefeito, que se chama Casagrande, fazendo as obras no município de Anchieta, disse. Concluiu então, que existe o recurso para pagar os 16% a todos os servidores, vez que o município economizou muito com as obras que o Governador executou e ainda está executando na cidade. Disse que examinando o impacto dos sete anos de perdas, poderia ser concedido até 46% de reajuste, sem contar com os cargos recentemente criados, com salários de até nove mil reais, que causará um impacto de dois milhões de reais no final do ano e com a renúncia de receita advinda da Samarco, portanto, que 16% é o mínimo. Sobre a Secretaria de Assistência Social disse que falaria com propriedade pelo fato de ter estado na pasta por quatro anos e que nesse período a prefeitura havia adquirido um caminhão para transportar as cestas básicas no município, principalmente até a área rural. Ressaltou que é muito humilhante uma família retirar uma cesta básica na cidade e voltar pra casa carregando peso, sem a menor condição, como ocorreu recentemente com uma senhora que carrega três filhos pequenos e um pacote de cesta básica, que foi obrigada a pedir "carona" a uma van porque não conseguia tudo. Ressaltou que as pessoas pegam cestas básicas porque precisam, porque passam fome nesse município, porque elas recebem cesta básica de três em três meses. Disse que sua indicação é para que a Secretaria de Assistência Social possa dar mais dignidade para essas famílias oferecendo o ticket de transporte gratuito, já que elas tem que carregar a cesta básica no colo. Ressaltou que já não basta as filas nos ESFs e as pessoas dormindo nas calçadas, desde as duas horas da manhã, atrás de conseguir uma das cinco fichas que são distribuídas e essa saúde vergonhosa no município, apesar do SUAS ser preconizado pelo Governo Federal. Disse: Qual o motivo que não vai fazer uma licitação honrosa para as famílias se tem um processo em licitação no valor de um milhão e quinhentos mil reais para compra de pães para as Secretarias de Esportes e Juventude e Secretaria de Saúde? E as famílias continuarão comendo de três em três meses se tiverem a sorte de conseguir uma cesta básica a tempo e a hora. Finalizou deixando uma dica para o



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

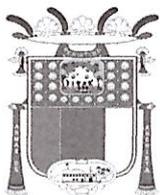
Secretário de Assistência Social, dizendo que na sua época a família que já estava cadastrada já tinha o direito, então, ela já estava agendada, não precisava ficar telefonando e pediu para que ele desse mais dignidade as famílias do município, que tem um santo como padroeiro, São José de Anchieta. Em seguida fez uso da palavra o próximo orador inscrito, vereador Rodrigo Semedo, que cumprimentou o público presente fazendo menção aos Secretários de Governo Leonardo Abrantes, de Agricultura Robinson Jorge Antunes, de Saúde Jaudete Frontino Denadai, ao ex-vereador Valber José Salarini, ao ex-vereador Richard Otoni Costa e servidores públicos municipais. Disse que a defasagem salarial gira em torno de 40% , mas que todos sabem que, por parte do Prefeito, ele concedeu o reajuste até onde caberia a Lei de Responsabilidade Fiscal, vez que ele não seria tão imprudente em dar algo que pudesse prejudica-lo. Disse ter certeza de que ele estaria fazendo estudo para justamente sanar a defasagem com o servidor, pois este tem que ser valorizado em todos os âmbitos. Parabenizou o Secretário de Turismo pela resposta rápida em relação ao seu pedido para instalação de um pórtico na comunidade de Mãembá, cujo pedido o vereador Niltinho teria feito outro no mesmo teor. Disse que, segundo o Secretário, o pedido já consta no planejamento estratégico de 2021, mas que na contramão do pedido não há como instalar o pórtico porque só há uma via de acesso a comunidade, não existindo vias alternativas para passagem de veículos que ultrapassem mais de cinco metros do limite que teriam para fazer o pórtico. Em aparte, disse o vereador Niltinho que havia uma pequena diferença entre uma indicação e outra, visto que o que ele pedia era apenas uma reparação na questão limítrofe. Continuando, disse o vereador Rodrigo que poderia então ser feito um estudo para diminuir o pórtico, até porque Mãembá é a chegada de Anchieta. Também parabenizou o Sr. Romeu pelas palavras, dizendo que a precaução é tudo, evita um problema maior, afinal, o mau se corta pela raiz. Agradeceu a Comitativa Santa Cruz, pelo evento da cavalgada e parabenizou a Sra. Carmelita Furlan, da comunidade de Mãembá, pela iniciativa de trazer cursos de empreendedorismo e gestão de desenvolvimento de produtos de artesanato, que acontecerá do dia 25 de abril a 02 de maio, para todos aqueles que desejam empreender nesta área. Finalizou parabenizando os servidores pelo projeto de reajuste encaminhado pelo Executivo. Disse ter certeza de que ele o teria feito com muita prudência e que ele estaria estudando meios de sanar de vez com essa defasagem. Em seguida fez uso da palavra o próximo orador inscrito, vereador Robson Mattos dos Santos que cumprimentou o ex-vereador e atual Secretário de Agricultura Robinson Jorge Antunes, o ex-vereador Valber José Salarini, o ex-vereador e atual Secretário de Governo Leonardo Abrantes, ao ex-vereador Richard Otoni Costa, o Presidente do SINFA Aroldo, a Secretária de Saúde Jaudete Frontino Denadai e demais servidores públicos. Disse que desde sexta-feira, quando o requerimento de pedido de vistas foi protocolado, os servidores se encontram ansiosos e que os demais vereadores, como representantes da classe, também teriam ficado surpresos com tal pedido. Disse que isso causou uma euforia muito grande e tirou o sossego dos servidores que estão ansiosos pelos 16%, até porque, quando foi o projeto foi amplamente anunciado, cada qual fez seu planejamento. Disse um ato impensado criou uma grande expectativa, algo maléfico aos servidores, vez que todos sabem o quanto merecem e o quanto essa Casa cobra, especialmente ele em relação aos 3.8%. Ressaltou que estariam cobrando um planejamento do Governo para que fale uma



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

data para que os servidores recebam esse dinheiro, vez que é superimportante trabalhar com planejamento. Disse que quando o Governo encaminhou para esta Casa o projeto concedendo o reajuste, teria passado pela quipe de planejamento e pelo secretário de Fazenda, que com certeza, fizeram o planejamento. Disse que os vereadores queriam votar um percentual maior, os servidores queriam mais, mas veio o que é possível ser dado. Aproveitou para parabenizar o Prefeito pelo envio do projeto e disse que é superimportante que os integrantes da Casa não criem um alvoroço ou uma situação imprópria num momento delicado. Ressaltou que tudo serve de aprendizado e que sabe a luta que é para se fazer um concurso público, o quanto a pessoa tem que se dedicar para passar numa prova e às vezes não é de primeira que se passa. Disse que além de tudo isso, as vezes ainda leva o adjetivo de que "não trabalha", "não produz", mas é o que move o nosso País. Novamente parabenizou a gestão pelo envio do projeto, que daqui a pouco será votado e receberá aprovação unânime. Logo após, fez uso da palavra o próximo orador inscrito, vereador Renato Lorencini, que cumprimentou o público presente, fazendo menção aos ex-vereadores e atuais Secretários Robinson Jorge e Leonardo Abrantes, além dos ex-vereadores Richard Costa e Valber Salarini, a Secretária de Saúde Jaudete e ao Dr. Romeu. Se referiu ao ex-vereador Richard dizendo que ele sempre discutiu o desenvolvimento do município com muita responsabilidade, tanto na área do turismo, quanto da indústria e construção civil e que hoje, o município dá um passo importante, quando esta Casa aprova um projeto de Lei como o novo PDM e o prefeito o sanciona. Então, parabenizou o Prefeito e a Secretária Paula Louzada e sua equipe, que elaboraram o Projeto com a prata da casa, com servidores públicos deste município, que com muita luta entregaram o projeto, Câmara fez as modificações que julgou necessárias e hoje está à disposição da comunidade. Disse que hoje damos mais um passo para que o desenvolvimento do município seja diversificado, para que os locais de desenvolvimento sejam abrangidos e para que de fato essa Lei gere emprego e renda, que é o que mais o município precisa. Comentou que as falas do Dr. Romeu causam preocupação, visto que parece uma coisa comum, mas já temos casos confirmados no município. Ressaltou que o fato de não vacinar os animais é uma problemática não só para quem tem o animal, mas também para as pessoas que podem vir a ser contaminadas. Se colocou à disposição e disse que é preciso mobilizar o interior, as pessoas e o clube do Cavalo, visando erradicar o problema do município, do Estado e do País, vez que se trata de algo que tem vacina para tratar. Se dirigiu de forma especial ao servidor público, dizendo que os teria convidado a virem na Câmara, não para discutir uma reposição que já estava conquistada pela classe, mas sim para comemorar o momento, vez que todos sabem da luta de cada servidor. Disse que o Prefeito, com toda dificuldade que passamos, disse que no momento que fosse possível corrigir o salário o faria e quando ele encaminhou um Projeto de Lei concedendo 16% todos ficamos felizes, vez que o servidor tem uma defasagem grande, mas é um aumento bacana. Ressaltou que neste momento 16% de aumento no salário vai ajudar muita gente e que, em nenhum momento, esta Casa pensou em não vota-lo, vez que é preciso ser responsável. Agradeceu ao servidor, que aguardou este momento com esperança, ao Prefeito que cumpriu a palavra e lembrou a aprovação de uma Lei em que todo mês de fevereiro o prefeito dirá quanto e quando os servidores terão reposição salarial, o que é uma conquista.

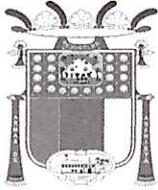


Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Disse que quando assumiu na outra legislatura foi preciso fazer muitos ajustes, mas que no momento em que fosse possível devolver e fosse possível repor o compromisso estaria firmado. Disse que acredita no servidor público, que ele merece e hoje será aprovado o projeto, que apesar de não ser um valor muito expressivo todos precisam ser gratos. Finalizou se colocando à disposição e dizendo que souberam ser responsáveis na hora certa, portanto, também saberão ser responsáveis quando precisar ajudar o servidor. Após estas palavras, o Sr. Presidente passou a Presidência ao vereador Pablo Florentino, para que pudesse fazer uso da Tribuna. O vereador Renan Delfino cumprimentou o público presente e agradeceu a presença dos funcionários públicos, vez que será votado o Projeto de Lei 07/2023, que concede reajuste salarial de 16%. Disse que além desse reajuste também estariam cobrando a revisão do ticket alimentação dos servidores em geral. Disse que a Casa estudou o projeto com muita responsabilidade e que não foi inserido o estudo de impacto financeiro porque se trata de um projeto oriundo do Executivo e que normalmente a Câmara faz o relatório quando é ela quem concede reajuste aos seus servidores. Disse que a Casa acompanhará o reajuste dado pelo Prefeito e que tem obrigação de estar dentro dos 70% de gastos com pessoal, conforme determina o Tribunal de Contas, porém, não via dificuldade de inserir no Autógrafo de Lei o estudo de impacto financeiro e encaminha-lo ao Executivo para sanção. Se colocou à disposição para aprovar projetos que venham em benefício da população, parabenizou os servidores pela presença e os convidou a estarem presentes também em outros momentos acompanhando os trabalhos do Legislativo. Também falou a respeito das casas populares, dizendo que a população tem cobrado incansavelmente a construção e entrega delas. Em aparte, disse a vereadora Marcia Cypriano que além da construção das casas populares há um questionamento a respeito das casas que foram condenadas pela Defesa Civil, então, elas tem que ser construídas com prioridade. Continuando, disse o vereador Renan que a situação é preocupante e que é preciso entregar casas de qualidade para população. Também disse que a situação com a Cesan está muito desagradável, vez que a empresa tem mexido nas vias públicas e deixado vários buracos, causando acidentes e incidentes aos usuários. Ressaltou que a Cesan é uma empresa prestadora de serviço que recebe para isso e está danificando as vias públicas e, conseqüentemente, enfeando a cidade. Em aparte, disse o vereador Pablo que as falas do vereador Renan são pertinentes, que o município tem um problema sério com a Cesan há tempo. Lembrou que assim como a Lei que criou para a Escelsa, em relação aos emaranhados de fios que a empresa deixa, também fará para a Cesan. Continuando, disse o vereador Renan que tinha certeza de que o Executivo atenderia o pedido da população. Em seguida, não havendo mais oradores inscritos e antes de passar para ordem do dia, o Sr. Presidente convidou o público presente para o evento de conscientização sobre o autismo, denominado "Abril Azul", que a Câmara promoverá no próximo dia 24, onde haverá palestra com o psicólogo Orestes Rigo, responsável pelo Núcleo de Educação Especial no município, Marcia Moura, família TEA, além da participação das secretarias de Saúde e Educação. Na sequência, passou para Ordem do Dia solicitando que se fizesse a chamada dos senhores vereadores, para efeito de quórum. Havendo número legal, foi feita a leitura dos projetos constantes da Ordem do Dia, a saber:

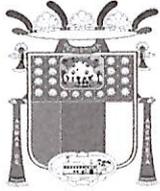
Projetos em 1ª discussão: Projeto de Lei Complementar nº 03/2023 –



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

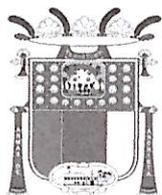
Acrescenta artigos à Lei Complementar Municipal nº 27/2012, de autoria do Poder Executivo, com uma Emenda Modificativa proposta pelo vereador Cleber Oliveira da Silva e assinada pelos vereadores Pablo Florentino, Marcia Cypriano, Terezinha Mezadri e Edson Vando Souza; **Projeto de Lei nº 21/2023** – Altera a Lei 973/2014 que dispõe sobre a Política Municipal de Gerenciamento Costeiro, de autoria do vereador Renato Lorencini; **Projeto de Lei nº 15/2023** – Dispõe sobre denominação e rua no Balneário de Iriri (Rua Theodomiro Pereira dos Santos) de autoria da vereadora Terezinha Mezadri; **Projeto de Lei nº 16/2023** – Dispõe sobre denominação e rua no Balneário de Iriri (Rua Bela Vista) de autoria da vereadora Terezinha Mezadri; **Projetos em Votação: Projeto de Lei nº 4/2023** – Dispõe sobre a denominação da quadra poliesportiva de Dois Irmãos (Alto Pongal) e dá outras providências (Quadra Mario Juriatto), de autoria do vereador Rodrigo Semedo; **Projeto de Lei nº 6/2023** – Dispõe sobre oficialização de evento esportivo no município de Anchieta e dá outras providências (Campeonato de Beach Soccer David da Silva), de autoria da vereadora Terezinha Mezadri; **Projeto de Lei nº 07/2023** – Dispõe sobre reajuste dos vencimentos dos agentes públicos do município de Anchieta, de autoria do Poder Executivo, com uma Emenda Modificativa apresentada pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final; **Projeto de Lei nº 10/2023** – Institui o Dia Municipal do Terço dos Homens no âmbito Municipal de Anchieta e dá outras providências, de autoria do vereador Sergio Luiz da Silva Jesus; **Projeto de Lei nº 11/2023** – Dispõe sobre denominação de via pública no Bairro Iriri, atualmente designada como “Projetada”, para Rua Gecilda Coutinho da Silva, de autoria do vereador Rodrigo Semedo; **Projeto de Lei nº 12/2023** – Dispõe sobre denominação de rua no balneário de Iriri e dá outras providências (Rua Hugo Alves Prado), de autoria da vereadora Terezinha Mezadri; **Projeto de Lei nº 13/2023** – Dispõe sobre denominação de via pública no Bairro Itaperoroma Baixa, atualmente designada como rua “Projetada”, para Rua Mariana Alpoim, de autoria do vereador Rodrigo Semedo; **Projeto de Lei nº 14/2023** – Dispõe sobre denominação de via pública no Bairro Itaperoroma Baixa, atualmente designada como “Projetada”, para Rua Danilo Ferreira, de autoria do vereador Rodrigo Semedo; **Proposta de Emenda a Lei Orgânica Municipal nº 01/2023 (1º Turno de Votação)** – Altera o § 2º do art. 22 da Lei Orgânica Municipal de Anchieta, de autoria dos vereadores Renan Delfino, Cleber Oliveira, Edson Vando, Marcia Cypriano, Pablo Florentino, Terezinha Mezadri, Sergio Luiz; **Projeto de Lei Complementar nº 02/2023** – Altera a Lei Complementar 123/2023, que dispõe sobre o Código Tributário Municipal, de autoria do vereador Renato Lorencini. O vereador Cleber Oliveira fez uso da palavra e, em nome da Comissão de Justiça, solicitou a retirada da emenda modificativa proposta ao Projeto de Lei nº 07/2023. O Presidente da Comissão, vereador Serginho e a Membro, vereadora Tereza, acompanharam o pedido do relator. O Sr. Presidente submeteu o pedido à votação e foi aprovado pelo Plenário. Em seguida, o Sr. Presidente submeteu os projetos à discussão do Plenário franqueando a palavra aos senhores vereadores. Não havendo manifestação por parte do Plenário passou à votação dos projetos em pauta. Antes porém, usou da palavra o vereador Robson Mattos e comunicou que a reunião com a secretaria de educação, para falar sobre a segurança nas escolas, marcada para o dia 19 teria sido adiada devido a impossibilidade de comparecimento da mesma, e que teria sido agendada para o dia 03 de maio. Em



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

seguida, solicitou a votação em bloco dos projetos 04/2023, 06/2023, 10/2023, 11/2023, 12/2023, 13/2023 e 14/2023, tendo em vista a natureza das matérias. O pedido foi submetido à votação e foi aprovado pelo Plenário. Os projetos citados foram então submetidos à votação do Plenário e foram aprovados por unanimidade. Na sequência, a Proposta de Emenda à Lei Orgânica Municipal 01/2023 foi submetida à votação em 1º turno e também foi aprovada por unanimidade do Plenário, tendo recebido 11 (onze) votos favoráveis). Na sequência o Projeto de Lei Complementar nº 02/2023 foi submetido à votação e também foi aprovado por unanimidade. Usou da palavra o autor do Projeto, vereador Renato, e disse que o projeto isenta as entidades sem fins lucrativos, nos casos em que não haja cobrança de ingresso, ou qualquer tipo de comercialização que lhe permita aferir a receita de eventos promovidos pelo Município. Ressaltou que o objetivo do Projeto é isentar apenas as associações do pagamento da taxa quando da promoção de eventos culturais e turísticos no município e que a parte da festa que diz respeito a comercialização e aos ambulantes deverá ser discutida com a municipalidade e com a fiscalização dos eventos. E finalmente, foi submetido à votação o Projeto de Lei nº 07/2023, que concede reajuste de 16% ao servidor público municipal. O mesmo foi aprovado por unanimidade do Plenário. O vereador Robinho justificou seu voto dizendo que os 16% irá melhorar o salário do servidor e, conseqüentemente, dará mais dignidade a ele. Também justificou seu voto o vereador Serginho dizendo que o anseio seria por mais, porém o aumento deve ser dado com responsabilidade. Ressaltou que, dos 46% de defasagem agora seria preciso lutar só pelos 30%, porque 16% já estariam garantidos. Em seguida, usou da palavra o vereador Renato Lorencini e solicitou a prorrogação da sessão por mais quinze minutos, para conclusão dos trabalhos. O pedido foi submetido à votação e foi aprovado pelo Plenário. Logo após, justificou seu voto favorável ao projeto dizendo que hoje é um dia histórico, aguardado pelos servidores e que por isso era preciso comemorar e ser grato. Então, agradeceu aos servidores pelo empenho e pelo serviço, especialmente nos momentos de dificuldade, e ao Prefeito, que não mediu esforços para que o projeto fosse encaminhado. Na sequência, o vereador Cleber fez uso da palavra e novamente solicitou que o Presidente colocasse o impacto financeiro quando enviasse o Projeto para sanção. Também fez uso da palavra a vereadora Marcia e disse que já são sete anos sem reajuste salarial, portanto, que o ideal seria muito mais que 16%, algo em torno de 46%, porém, era o que se tem para o momento. Então, parabenizou a todos os servidores. Fez uso da palavra o vereador Pablo e agradeceu ao Prefeito pelo envio do Projeto e aos servidores pela presença, pedindo que comparecessem mais vezes ao Plenário da Câmara. A vereadora Tereza também usou da palavra e disse que já tinha declarado seu voto favorável ao Projeto quando emitiu seu parecer. Ressaltou que os servidores merecem, pois já estão sem reajuste há tempo. Lembrou de quando, por uma questão de necessidade, teria votado pela retirada do ticket alimentação de vários servidores, o que teria sido um momento difícil para os membros da Casa, e que ficava feliz em estar votando hoje esse reajuste. O vereador Rodrigo também fez uso da palavra e disse que o servidor merece, portanto, não poderia deixar de parabenizá-los, assim como ao Prefeito Fabricio, que dentro das medidas cabíveis encaminhou o projeto para ser aprovado. Em seguida o vereador Niltinho usou da palavra para agradecer ao Prefeito e parabenizar os servidores. Disse que o reajuste trará benefícios ao



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

comercio local e que gostaria de estar votando sua totalidade, ou seja, em torno de 46%, porém, que era preciso respeitar as possibilidades do Executivo, pois ele precisará aprovar suas contas sem ressalvas do Tribunal de Contas. Também fez uso da palavra o vereador Edinho e parabenizou os servidores, por meio do seu Sindicato, e ao Prefeito e sua equipe pelo envio do Projeto. Disse que nada se consegue sem diálogo e que vem acompanhando o diálogo da Prefeitura e Sindicato ao longo desses anos. Ressaltou que dentro do planejamento de qualquer gestor está a valorização do servidor, mas que o fator fundamental teria o diálogo, vez que as portas do Executivo sempre estiveram abertas para o Sindicato dialogar. Disse que 16%, para quem recebe, não é algo muito significativo, mas para a prefeitura tirar os mesmos 16% para pagar a esse número de servidores, que tocam essa importante máquina, o exercício teve que ser feito. Disse ainda que teria brincado com o prefeito e dito que para o próximo ano esperamos que ele encaminhe o dobro, no qual ele teria dito que no próximo ano ele vai nos surpreender, até porque a condição do município estará melhor. Após estas palavras, não havendo mais nada a se tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a presente sessão, convidando todos para a próxima. E, para constar, eu Fabíola S. Costa, Servidora Efetivsa deste Poder Legislativo, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Sr. Presidente e demais membros da Mesa Diretora desta Augusta Casa de Leis.



RENAN DE OLIVEIRA DELFINO
Presidente



PABLO FLORENTINO PEREIRA
Vice-presidente



ÂNGELA MARCIA CYPRIANO ASSAD
Secretária